

GRAMATICALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E CAMINHOS ANALÍTICOS A PARTIR DO TRATADO GERAL SOBRE GRAMATICALIZAÇÃO

Ramon Ferreira Damasceno

Programa de pós graduação em Educação – PROPED/UERJ

Coordenação de atendimento a pessoa com necessidades específicas –

CONAPNE/ IFRJ

RESUMO

O artigo analisa a gramaticalização como um fenômeno linguístico complexo, tomando como ponto de partida o “Tratado Geral sobre Gramaticalização” de Suzana Cardoso Gonçalves *et al.* e articulando diferentes abordagens teóricas. A gramaticalização é compreendida como um processo gradual em que itens lexicais adquirem funções gramaticais, envolvendo mudanças semânticas, fonológicas e sintáticas. Autores clássicos como Meillet e Lehmann são revisados, assim como estudos contemporâneos que destacam o papel da cognição, da frequência de uso e do discurso. A discussão também contempla as críticas ao princípio da unidirecionalidade e à autonomia teórica do fenômeno. A partir de exemplos empíricos do português brasileiro, o texto mostra como a análise da gramaticalização permite observar mudanças linguísticas em tempo real. O artigo ainda amplia o escopo da discussão ao abordar a gramaticalização em Libras, apontando adaptações teóricas necessárias devido à modalidade visuo-espacial da língua. Argumenta-se que elementos manuais e não manuais também passam por processos de gramaticalização, o que reforça a tese da universalidade do fenômeno. Por fim, defende-se que a gramaticalização funciona não só como objeto de estudo, mas como ferramenta metodológica útil para a descrição linguística, o ensino de gramática e a análise da variação e da mudança linguística.

Palavras-chave: linguística, cognição, discurso, Libras.

INTRODUÇÃO

A gramaticalização tem ocupado um papel de destaque nos estudos linguísticos desde o início do século XX, sendo reconhecida como um dos principais mecanismos de mudança linguística. Esse processo, que envolve a transição de elementos lexicais para formas mais gramaticais, revela a dinamicidade intrínseca das línguas naturais e a forma como os usos cotidianos afetam a estrutura das línguas ao longo do tempo. De acordo com Hopper e Traugott (2003), a gramaticalização pode ser compreendida como uma evolução gradual e não abrupta, marcada por estágios intermediários entre o léxico e a gramática, configurando-se como um contínuo funcional e não como um fenômeno pontual.

Além disso, o interesse por esse tema cresce na medida em que ele se mostra essencial para explicar a origem de formas gramaticais em diversas línguas. Meillet (1912) já havia observado, no início do século XX, que a gramaticalização ocorre quando um item lexical adquire função gramatical, surgindo a partir de processos que não se reduzem apenas à analogia ou mudança semântica, mas que envolvem transformações complexas no estatuto categorial das palavras. Esse movimento, segundo Lehmann (1995), é sistemático e apresenta tendências regulares, tais como a perda de autonomia, a redução fonológica e a integração sintática, o que confere ao processo um caráter recorrente e observável em diversas línguas

Autores como Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) aprofundam essa discussão ao destacar que a gramaticalização está intimamente ligada a mecanismos cognitivos, como a metáfora e a metonímia, os quais permitem a transferência de significados de domínios mais concretos para mais abstratos. Dessa forma, elementos inicialmente dotados de conteúdo semântico pleno passam a desempenhar funções estruturais na língua, como marcar tempo, aspecto, modalidade, entre outras. A frequência de uso, segundo Bybee (2003), também exerce um papel fundamental nesse processo, uma vez que formas repetidamente utilizadas tendem a sofrer redução fonológica e semântica, tornando-se progressivamente mais gramaticais.

Contudo, nem todos os estudiosos concordam com a concepção da gramaticalização como processo autônomo e previsível. Newmeyer (2001) argumenta que o fenômeno, apesar de recorrente, não apresenta regularidades suficientes para ser tratado como um processo com leis próprias, preferindo compreendê-lo como uma junção de mudanças independentes. Essa divergência teórica mostra a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens críticas que considerem tanto os padrões recorrentes quanto as exceções que desafiam o princípio da unidirecionalidade, geralmente associado à gramaticalização.

Neste artigo, propõe-se uma discussão crítica sobre o processo de gramaticalização, tendo como eixo central a leitura do capítulo “Tratado geral sobre gramaticalização”, de Gonçalves *et al.*, articulada com autores clássicos e contemporâneos da área. O objetivo é refletir sobre os mecanismos, princípios e críticas que envolvem o tema, situando-o no interior dos estudos da mudança linguística e evidenciando suas implicações teóricas e analíticas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gramaticalização, enquanto objeto de estudo linguístico, tem sido abordada por diferentes perspectivas teóricas, com enfoques que vão desde a descrição de fenômenos pontuais até modelos mais abrangentes que propõem trajetórias e princípios gerais. Segundo Norde (2009), esse fenômeno pode ser entendido como parte de um contínuo de mudança morfossintática, onde itens lexicais perdem autonomia e passam a integrar a gramática da língua. Essa perspectiva implica considerar a gramaticalização não como um processo isolado, mas como um fenômeno vinculado à reorganização sistêmica das categorias linguísticas.

No plano da descrição linguística, Himmelmann (2004) destaca que os estudos de gramaticalização frequentemente negligenciam a distinção entre gramaticalização e outras formas de mudança, como lexicalização ou pragmatização. Ele sugere que a gramaticalização se caracteriza, sobretudo,

pela emergência de dependência estrutural, isto é, pelo aumento da integração de uma forma em estruturas sintáticas maiores. Essa visão reforça a ideia de que o processo envolve não apenas uma perda de conteúdo semântico, mas também uma reorganização sintática significativa.

A relação entre frequência de uso e mudança linguística, por sua vez, é amplamente discutida por Croft (2000), que entende a gramaticalização como um dos mecanismos que refletem a interação entre cognição, discurso e estrutura linguística. O autor argumenta que a repetição frequente de certas construções contribui para sua fixação estrutural e, com o tempo, para a sua reinterpretação funcional. Esse ponto é especialmente relevante quando se observam formas em trânsito entre o léxico e a gramática no português brasileiro, como “tipo” ou “vai” em construções futuras.

Além da perspectiva funcionalista, alguns estudos assumem um viés tipológico. Narrog e Heine (2011) propõem uma visão mais ampla da gramaticalização como um processo sensível à estrutura global da língua, defendendo que certas propriedades gramaticais emergem mais facilmente em línguas com determinados perfis tipológicos. Essa proposta abre espaço para compreender a gramaticalização não apenas como um fenômeno individualizado, mas como parte de tendências universais que moldam as línguas humanas.

Por outro lado, Craig (1997) introduz o conceito de poligramaticalização, que designa o fenômeno em que um único item lexical origina múltiplas formas gramaticais distintas em contextos diferentes. Isso mostra que, apesar da direção geral do processo (do léxico para a gramática), as possibilidades de desenvolvimento podem ser múltiplas e ramificadas, o que exige abordagens mais flexíveis e menos lineares.

Outro aspecto fundamental nos estudos contemporâneos diz respeito ao papel da inferência pragmática nos estágios iniciais da gramaticalização. De acordo com Traugott e Dasher (2002), a mudança de sentido que marca o início do processo decorre frequentemente de inferências contextuais que, ao serem repetidas, acabam por se fixar na estrutura da língua. Esse processo está

diretamente ligado ao uso discursivo das formas e reforça a centralidade do contexto comunicativo como motor da mudança.

Assim, a gramaticalização revela-se como um campo teórico que articula cognição, discurso, estrutura e variação. A partir das contribuições de diferentes correntes, torna-se evidente que o fenômeno não pode ser reduzido a um modelo único ou a uma sequência fixa de etapas. Em vez disso, ele deve ser compreendido como um processo multifacetado, cuja análise exige considerar tanto as tendências gerais quanto as particularidades de cada contexto linguístico.

O ESTATUTO DA GRAMATICALIZAÇÃO COMO PROCESSO LINGUÍSTICO

Um dos principais pontos de controvérsia gira em torno da concepção da gramaticalização como um processo com princípios próprios. Para autores como Haspelmath (2004), não se trata de um fenômeno explicativo em si, mas de uma generalização empírica, derivada da observação de padrões recorrentes de mudança. Em outras palavras, a gramaticalização não possuiria status teórico autônomo, mas dependeria de mecanismos mais gerais da mudança linguística, como a analogia, a inferência pragmática e a reanálise.

Essa visão contrasta com abordagens que defendem a gramaticalização como um processo sistemático, guiado por tendências como a unidirecionalidade. Stein (1995) defende que os processos de mudança gramatical costumam seguir percursos recorrentes, partindo de usos lexicais concretos até atingirem funções discursivas mais abstratas, em uma trajetória observável que envolve etapas de especialização semântica e fixação estrutural. Essas etapas, embora não lineares nem obrigatórias, configuram uma trajetória comum que pode ser modelada teoricamente.

A tensão entre essas duas posições reflete, em parte, uma distinção epistemológica mais ampla: entre uma concepção indutiva, voltada para a descrição dos dados, e uma concepção dedutiva, interessada em formular leis gerais da linguagem. Essa ambivalência epistemológica está no cerne das

dificuldades em definir a gramaticalização como uma “teoria” no sentido estrito, conforme apontado por Naro e Braga (2000), que preferem tratá-la como uma vertente dos estudos da mudança linguística.

A UNIDIRECIONALIDADE E SUAS EXCEÇÕES

A unidirecionalidade é, sem dúvida, o princípio mais discutido e contestado dentro dos estudos de gramaticalização. Ela propõe que a mudança ocorre majoritariamente de itens lexicais para itens gramaticais, de maior para menor autonomia, de significado mais concreto para mais abstrato. Traugott (1995) sustenta que esse movimento não é uma regra absoluta, mas uma tendência estatisticamente dominante nas línguas naturais.

Contudo, casos de degramaticalização, como o desenvolvimento de formas livres a partir de afixos ou clíticos, são frequentemente citados como contraexemplos aos modelos tradicionais. Vincent (2000) propõe uma leitura cautelosa desses fenômenos, destacando que, embora a reversão da gramaticalização possa ocorrer, trata-se de uma exceção marcada por fatores históricos, morfológicos e tipológicos muito específicos. O autor reconhece a predominância do caminho que vai do léxico à gramática, mas argumenta que a existência de trajetórias inversas reforça a necessidade de modelos mais flexíveis, que considerem a complexidade da mudança linguística em contextos reais.

Em consonância com essa visão, Bisang (2004) argumenta que itens lexicais podem seguir diferentes trajetórias gramaticais simultaneamente, adquirindo funções distintas em contextos variados, sem que isso configure uma reversão do processo. O autor ressalta que a unidirecionalidade, longe de ser uma linha rígida, deve ser concebida como uma tendência geral que admite múltiplos vetores de desenvolvimento, interrupções e sobreposições funcionais ao longo do uso linguístico.

A INTERFACE ENTRE DISCURSO, COGNIÇÃO E GRAMÁTICA

Uma das contribuições mais significativas dos estudos contemporâneos de gramaticalização é o reconhecimento da centralidade do uso linguístico no desencadeamento da mudança. O papel do discurso, especialmente nas abordagens funcionalistas, é apontado como o motor da gramaticalização. Hopper (1987) introduz o conceito de “gramática emergente”, segundo o qual a gramática é constantemente (re)negociada na interação discursiva, sendo construída de baixo para cima, a partir do uso.

Essa perspectiva é reforçada por estudos como os de Fischer (2007), que demonstram como a pragmática e a inferência contextual são decisivas na reinterpretação de formas linguísticas. A reanálise, nesse sentido, não é apenas uma operação estrutural, mas também uma operação cognitiva guiada por padrões de uso. A gramaticalização, portanto, não pode ser dissociada da experiência comunicativa dos falantes e dos mecanismos inferenciais que norteiam a interpretação linguística.

Nesse cenário, mecanismos como a metáfora e a metonímia desempenham papéis centrais. Sweetser (1990) mostra que as mudanças semânticas que acompanham a gramaticalização muitas vezes derivam da projeção de domínios concretos (como espaço ou movimento) sobre domínios abstratos (como tempo ou aspecto), o que sustenta a transformação funcional dos itens. A associação entre o movimento físico e a construção do futuro em línguas como o português (“vou fazer”) ou o inglês (“*I’m going to*”) ilustra essa projeção metafórica.

A metonímia, por sua vez, está ligada a processos de contiguidade e elipse, sendo frequentemente observada na gramaticalização de marcadores discursivos, conectores e partículas. Lakoff e Johnson (1980) argumentam que a metonímia estrutura o pensamento e, portanto, contribui para a construção das formas gramaticais não por substituição, mas por associação inferencial.

O contínuo léxico-gramática e as zonas híbridas

Outro ponto crucial na discussão da gramaticalização diz respeito à rejeição de categorias rígidas entre léxico e gramática. Os estudos como o de Taylor (1989) defende a ideia de um contínuo funcional, no qual os itens linguísticos ocupam posições mais ou menos centrais, podendo transitar entre polos lexicais e gramaticais ao longo do tempo.

Essa concepção se apoia na teoria dos protótipos e implica reconhecer que muitas palavras e construções ocupam posições intermediárias, sendo simultaneamente informativas e estruturais. Advérbios como “ainda”, preposições como “para” ou expressões como “tipo assim” desafiam classificações binárias e ilustram o caráter gradual e processual da gramaticalização.

A perspectiva de que a gramaticalização pode alcançar níveis superiores da estrutura linguística, como a oração e a sintaxe complexa, também amplia o alcance do fenômeno. Givón (1979) propõe que o percurso gramaticalizante vai do discurso para a sintaxe e, posteriormente, para a morfologia. Assim, construções coordenadas podem evoluir para formas subordinadas, como exemplificado nas transformações de parataxe para hipotaxe no português falado.

LIMITES E CONVERGÊNCIAS COM OUTROS PROCESSOS

Por fim, cabe discutir os limites conceituais da gramaticalização frente a processos como lexicalização, pragmaticalização e discursivização. Traugott (2015) propõe uma distinção funcional entre esses fenômenos, argumentando que, enquanto a gramaticalização envolve a transição de itens com conteúdo pleno para formas gramaticais dependentes, a lexicalização refere-se à cristalização de sequências formais e semânticas em unidades lexicais opacas. A autora defende que os dois processos, embora distintos, podem coexistir ou mesmo interagir em contextos específicos de mudança linguística.

A pragmaticalização, por outro lado, está mais relacionada à emergência de funções discursivas específicas, como a marcação de atenuação,

reformulação ou ênfase, a partir de expressões originalmente gramaticais ou lexicais. Erman e Kotsinas (1993), por exemplo, analisam o desenvolvimento de partículas discursivas em línguas escandinavas e mostram que seu uso intensivo e repetido leva à fossilização funcional, mesmo sem mudança categorial formal.

Esses fenômenos, embora distintos, operam em conjunto e frequentemente se sobrepõem na constituição das formas linguísticas. O desafio teórico está em identificar os critérios que permitem distinguir quando uma mudança é, de fato, gramaticalizante, e quando se trata de um outro processo.

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A observação empírica das línguas em uso oferece forte respaldo às teorias de gramaticalização. No português brasileiro, um dos exemplos mais ilustrativos é o do termo “tipo”. Originalmente substantivo (“um tipo de pessoa”), essa palavra tem assumido progressivamente funções discursivas e comparativas, como em “ele falou tipo que não sabia”, ou “ela é tipo muito engraçada”. Essas ocorrências apontam para um processo em curso de mudança categorial, em que a forma perde propriedades morfossintáticas de substantivo e passa a atuar como marcador discursivo.

Zilles (2005) analisa esse fenômeno como uma forma de mitigação e organização do discurso, evidenciando um estágio intermediário entre léxico e gramática. O termo “tipo”, nesses usos, apresenta instabilidade categorial, variando entre advérbio, marcador de reformulação e preposição. Tal ambiguidade é característica de elementos em gramaticalização, o que corrobora a ideia de contínuo funcional.

Outro caso emblemático é o de “vossa mercê”, que se reduziu sucessivamente a “vosmecê”, “você” e finalmente “cê”. Essa trajetória ilustra claramente os mecanismos descritos por vários autores aqui já citados, como a redução fonológica, a dessemantização e a generalização pragmática. Além disso, a forma “cê” passou a se comportar como pronome autônomo, com usos flexíveis em construções informais, muitas vezes funcionando como marcador de tópico ou de foco.

Corroborando essa observação, Ilari (2006) afirma que o português brasileiro, em seu registro informal, favorece processos de inovação morfosintática, permitindo a observação de fenômenos como reanálise e gramaticalização em tempo real. O estudo de formas como “vai chover” ou “tava pensando” também revela a perda de valor aspectual do verbo auxiliar e a emergência de perífrases com funções gramaticais consolidadas.

A GRAMATICALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA

A gramaticalização, além de constituir um objeto de estudo, também representa um instrumental analítico para descrever e interpretar fenômenos linguísticos diversos. Como enfatiza Traugott (2010), o conceito permite compreender como certos usos recorrentes de uma forma podem levar à sua fixação funcional, evidenciando uma mudança não apenas formal, mas também discursiva e cognitiva. Nesse sentido, a gramaticalização serve de ponte entre níveis da análise linguística: do léxico à sintaxe, da semântica à pragmática.

Essa função metodológica é valorizada por Martelotta (2001), que defende o uso da gramaticalização para compreender o português brasileiro em sua historicidade e variação atual. Para a autora, o fenômeno oferece pistas importantes sobre como os falantes organizam e reinterpretam suas categorias linguísticas a partir de necessidades comunicativas, marcando, inclusive, distinções sociolinguísticas.

No plano do ensino de língua, as contribuições da gramaticalização também têm sido reconhecidas. Gonçalves e Silva (2010) defendem que o conhecimento dos mecanismos de mudança linguística, em especial da gramaticalização, pode colaborar com uma abordagem mais reflexiva no ensino da gramática, ao mostrar que os fenômenos gramaticais são construções históricas e dinâmicas, e não sistemas rígidos ou universais.

Assim, a gramaticalização, quando compreendida em suas múltiplas dimensões (histórica, cognitiva, discursiva e funcional), revela-se uma

ferramenta epistemológica potente para a linguística contemporânea, especialmente nos estudos de mudança, variação, tipologia e ensino.

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE GRAMATICALIZAÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos sobre gramaticalização têm passado por importantes transformações teóricas e metodológicas. Se em um primeiro momento o foco esteve na identificação de trajetórias típicas e mecanismos formais (como dessemantização, redução fonológica e reanálise), os trabalhos contemporâneos avançaram para abordagens mais amplas e interdisciplinares, conectando gramaticalização a fenômenos como construção gramatical, pragmaticalização, variabilidade, e inovação linguística.

Nesse contexto, Himmelmann e Bisang (2021) argumentam que as fronteiras entre gramaticalização e outras formas de mudança, como lexicalização e convencionalização discursiva, tornaram-se progressivamente mais difusas. Para os autores, é necessário adotar uma abordagem integrativa que leve em conta fatores estruturais, pragmáticos e socioculturais. Eles defendem que a gramaticalização deve ser entendida como um ponto de convergência de diversos processos de mudança, em vez de um caminho exclusivo ou linear.

Um desdobramento importante desses avanços é o fortalecimento dos estudos sobre pragmaticalização. Diewald (2020) propõe que certas mudanças que tradicionalmente eram enquadradas como gramaticalização, especialmente no campo dos marcadores discursivos, precisam ser revistas sob uma ótica mais específica. Em vez de assumirem funções morfossintáticas, muitas dessas formas evoluem para funções pragmáticas, como atenuação, gestão da interação e estruturação da fala. Isso tem levado a um refinamento conceitual que separa mais claramente o papel da sintaxe e da pragmática nos processos de mudança.

No campo metodológico, Treffers-Daller e De Clercq (2020) propõem o cruzamento entre dados de aquisição da linguagem e gramaticalização. Para

eles, observar como crianças adquirem itens em processo de gramaticalização pode oferecer pistas sobre sua função cognitiva e sua integração no sistema gramatical da língua. Essa abordagem psicocognitiva insere a gramaticalização em um campo de investigação mais amplo, relacionado à cognição linguística e à desenvolvimento individual da linguagem.

Do ponto de vista teórico, Waltereit (2012) têm desafiado o modelo tradicional do “*cline*” (gradiente lexical > gramatical) ao sugerirem que a gramaticalização não é necessariamente um processo de esvaziamento, mas de reconversão funcional. Isso implica reconhecer que, ao se tornar gramatical, uma forma não perde necessariamente conteúdo semântico, mas pode adquirir novos sentidos abstratos, muitas vezes mais complexos que os originais.

Por fim, o aumento do interesse por línguas em contato, línguas em situação de revitalização e línguas indígenas também tem ampliado o escopo da pesquisa. Santos e Oliveira (2022), ao estudarem processos de gramaticalização em línguas indígenas brasileiras, demonstram que os mecanismos clássicos propostos a partir de línguas indo-europeias nem sempre são suficientes para explicar os padrões encontrados nessas línguas. Isso reforça a importância de uma abordagem tipológica mais aberta e sensível à diversidade linguística global.

Esses avanços indicam que a gramaticalização continua sendo um campo fértil, que se renova ao dialogar com outras áreas da linguística e ao incorporar novas ferramentas metodológicas. Longe de estar estabilizada em um modelo único, a gramaticalização revela-se hoje como uma zona de experimentação teórica e empírica, cujos contornos continuam em disputa e cuja relevância permanece incontestável.

GRAMATICALIZAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): UM PANORAMA INICIAL

O estudo da gramaticalização em línguas de sinais, incluindo a Libras, tem ganhado espaço nas últimas décadas, embora ainda esteja em fase de

consolidação no Brasil. Diferentemente das línguas orais-auditivas, as línguas de sinais operam na modalidade visuo-espacial, o que implica adaptações teóricas e metodológicas na aplicação do conceito de gramaticalização. Ainda assim, muitos pesquisadores reconhecem que os processos fundamentais, como mudança semântica, perda de autonomia formal, e fixação funcional, também ocorrem nessas línguas.

Em sua análise das estruturas morfossintáticas da Libras, Quadros (2004) aponta que certos sinais com origem lexical passaram a operar com funções gramaticais. A autora destaca o caso de verbos classificadores e locativos que, ao longo do uso, adquirem comportamentos semelhantes a afixos ou partículas gramaticais. Isso indica uma trajetória compatível com processos de gramaticalização, em que elementos originalmente icônicos se tornam abstratos e estruturais.

De forma semelhante, Lacerda (2011) discute a emergência de construções fixas na Libras, especialmente aquelas que envolvem verbos de movimento ou expressões temporais. Ela observa que o sinal “IR,” por exemplo, tem se especializado em indicar futuro, sobretudo em construções com verbos no infinitivo. Nesses contextos, “IR” deixa de expressar deslocamento físico e passa a funcionar como verbo auxiliar, um fenômeno análogo ao que ocorre no português com “vai chover”. Essa mudança implica uma reconfiguração semântica e sintática típica da gramaticalização.

A contribuição de Duarte (2019) também é relevante nesse debate. Em sua análise sobre verbos auxiliares em Libras, a autora defende que sinais como “DAR”, “IR” e “TER” apresentam usos inovadores em construções condicionais e modais. Tais usos são marcados pela perda de significados originais e pela cristalização em contextos sintáticos específicos, configurando estágios claros de gramaticalização. O autor reforça que esses fenômenos são observáveis em dados empíricos coletados de sinalizantes surdos em contextos educacionais e interacionais, o que evidencia a vitalidade do processo.

Outro ponto significativo nos estudos sobre gramaticalização em Libras é o papel das expressões não manuais, como movimentos de sobrancelha, inclinação da cabeça, ou expressões faciais, que adquirem função gramatical.

Silva e Lemes (2020) analisam como essas expressões, inicialmente ligadas à emoção ou ênfase, evoluem para marcar interrogatividade, foco, negação ou estruturação do discurso. A mudança funcional dessas expressões, associada à sua fixação formal em contextos específicos, sugere um processo de gramaticalização de elementos prosódicos e corporais, ampliando a noção clássica de morfema.

Em um panorama mais abrangente, Pfau, Steinbach e Woll (2012) propõem uma reformulação do modelo tradicional de gramaticalização (como o *cline* lexical > gramatical > clítico > afixo) para melhor acomodar as especificidades das línguas sinalizadas. Os autores enfatizam que, na modalidade gestual, os mecanismos fonológicos e morfológicos operam de modo simultâneo e multicanal (manual e não manual), exigindo modelos mais flexíveis. Ainda assim, eles confirmam que processos como a perda de iconicidade, a fixação sintática e a emergência de novas funções gramaticais ocorrem também em línguas de sinais, inclusive em Libras.

Esses estudos mostram que a gramaticalização é um fenômeno pertinente à Libras e deve ser incorporado às descrições linguísticas da língua de sinais brasileira. Ainda que esse campo de investigação esteja em desenvolvimento, os dados já coletados demonstram que os processos de mudança linguística não são exclusivos das línguas orais. Pelo contrário, eles também operam em línguas sinalizadas, ainda que por caminhos parcialmente distintos, moldados pela natureza visuo-espacial e multimodal dessas línguas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido ao longo deste artigo permitiu reconhecer a gramaticalização como um fenômeno central para a compreensão das dinâmicas internas da linguagem, tanto em sua dimensão estrutural quanto em suas interfaces discursivas e cognitivas. A partir da resenha crítica do trabalho de Gonçalves *et al.* articulada com a contribuição de diversas correntes teóricas, evidenciou-se que a gramaticalização não se limita a um conjunto de

transformações formais previsíveis, mas revela-se como um processo multifacetado e em constante reconstrução.

As análises apontaram que o fenômeno opera por meio da recorrência discursiva, da reinterpretação funcional e da reorganização categorial de itens linguísticos, o que torna a frequência, a inferência pragmática e a economia cognitiva fatores centrais em sua dinâmica. A língua, assim, não é vista como um sistema fixo, mas como um organismo vivo e adaptável, moldado por práticas comunicativas, cognitivas e sociais.

A inserção de um panorama dos estudos contemporâneos reforçou a vitalidade do campo. As reformulações conceituais, como a distinção mais precisa entre gramaticalização e pragmaticalização, a ampliação metodológica via corpora e a incorporação de perspectivas psicocognitivas revelam um esforço crescente de refinamento analítico. A gramaticalização deixa de ser apenas uma linha de transformação estrutural e passa a ser entendida como um ponto de convergência entre cognição, discurso, aquisição e variação tipológica. Esse avanço desloca o debate de modelos unidimensionais para abordagens integrativas e sensíveis à complexidade das línguas naturais.

Outro avanço fundamental discutido neste trabalho foi a inclusão de línguas de sinais, com ênfase na Libras, no escopo da gramaticalização. Estudos recentes demonstram que, embora a modalidade visuo-espacial exija adaptações nos modelos tradicionais, os processos fundamentais da gramaticalização, como mudança semântica, perda de iconicidade e fixação funcional, ocorrem também nessas línguas. Esse dado é crucial, pois reforça a tese da universalidade do fenômeno e evidencia que a gramaticalização não está atrelada a uma modalidade específica (oral ou sinalizada), mas sim às propriedades gerais da comunicação humana.

Além do avanço teórico, a gramaticalização mostra-se uma ferramenta descritiva valiosa para os estudos da língua portuguesa, especialmente no que se refere a fenômenos do português brasileiro informal. Termos como “tipo”, “vai”, “cê” e expressões periféricas da fala popular demonstram, na prática, trajetórias gramaticais ativas que desafiam categorias rígidas. Isso tem implicações não apenas para a linguística descritiva, mas também para o ensino

de língua, que pode se beneficiar de uma visão mais dinâmica e histórica da gramática.

Diante de tudo isso, conclui-se que a gramaticalização deve ser considerada não apenas um fenômeno linguístico relevante, mas também uma hipótese interpretativa poderosa, capaz de integrar diversos campos da linguística, desde a descrição sincrônica até os estudos cognitivos e sociais da linguagem. A ampliação do seu escopo, tanto teórica quanto metodológica e tipológica, revela que estamos diante de um campo em constante expansão, que ainda oferece muitos caminhos para investigação futura.

REFERÊNCIAS

BISANG, Walter. Grammaticalization and lexicalization: two opposing or complementary phenomena? In: BISANG, Walter; HIMMELMANN, Nikolaus P.; WIESE, Heike (Org.). What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 11–44.

BYBEE, Joan. Phonology and language use. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CRAIG, Colette. Grammaticalization or polygrammaticalization? In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (Org.). Approaches to grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins, 1997. v. 2, p. 415–428.

CROFT, William. Explaining language change: an evolutionary approach. Harlow: Longman, 2000.

DE CLERCQ, Mieke; TREFFERS-DALLER, Jeanine (Org.). Grammaticalization and language acquisition: new approaches. Berlin: De Gruyter Mouton, 2020.

DIEWALD, Gabriele. Pragmaticalization and the challenge of discourse markers. *Linguistics*, v. 58, n. 1, p. 145–172, 2020.

DUARTE, Maria Cristina. Processos de gramaticalização em Libras: um estudo sobre verbos auxiliares. *Revista da Abralín*, v. 18, n. 3, p. 45–68, 2019.

Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1310>.
Acesso em: 30 jul. 2025.

ERMAN, Britt; KOTSINAS, Ulla-Britt. Pragmaticalization: the case of *ba* and *you know*. *Studier i Modern Språkvetenskap*, v. 10, p. 76–93, 1993.

FISCHER, Olga. *Morphosyntactic change: functional and formal perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, Maria Marta; SILVA, Marlene C. S. Processos de gramaticalização e ensino de gramática: por uma abordagem reflexiva. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 87–102, 2010.

GONÇALVES, Suzana C. et al. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, Suzana C. et al. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 15–66.

HASPELMATH, Martin. On directionality in language change with particular reference to grammaticalization. In: FISCHER, Olga et al. (Org.). *Up and down the cline: the nature of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2004. p. 17–44.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HIMMELMANN, Nikolaus P. Lexicalization and grammaticization: opposite or orthogonal? In: BISANG, Walter; HIMMELMANN, Nikolaus P.; WIESE, Heike (Org.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 21–42.

HIMMELMANN, Nikolaus; BISANG, Walter. Grammaticalization and beyond: reconsidering the boundaries. *Studies in Language*, v. 45, n. 1, p. 1–32, 2021.

HOPPER, Paul J. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p. 139–157, 1987.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ILARI, Rodolfo. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LACERDA, Cristina B. Estrutura e gramaticalização na Libras. In: LACERDA, Cristina B.; QUADROS, Ronice M. de (Org.). Estudos em linguística de línguas de sinais. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 55–72.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. Metaphors we live by. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEHMANN, Christian. Thoughts on grammaticalization. 2. ed. Munich: Lincom Europa, 1995.

MARTELOTTA, Maria Eni. O conceito de gramaticalização: limites e possibilidades. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 17, p. 277–296, 2001.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. Scientia, v. 12, p. 384–400, 1912.

NARO, Anthony J.; BRAGA, Maria Lúcia. Gramaticalização: uma perspectiva funcionalista. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 16, n. especial, p. 55–84, 2000.

NARROG, Heiko; HEINE, Bernd. The Oxford handbook of grammaticalization. Oxford: Oxford University Press, 2011.

NEWMAYER, Frederick J. Language form and language function. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

NORDE, Muriel. Degrammaticalization. Oxford: Oxford University Press, 2009.

PFAU, Roland; STEINBACH, Markus; WOLL, Bencie (Org.). Sign language: an international handbook. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. Aspectos gramaticais da Libras. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, André; OLIVEIRA, Valéria. Gramaticalização em línguas indígenas do Brasil: novos olhares para velhos processos. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 14, n. 2, p. 78–103, 2022.

SILVA, Vanessa; LEMES, Fabiana. Expressões não manuais e gramaticalização em Libras. *Cadernos de Linguística*, v. 21, n. 2, p. 134–152, 2020. Disponível em: <https://revistas.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/1411>. Acesso em: 30 jul. 2025.

STEIN, Dieter. Subjectivity and subjectivisation in language. In: STEIN, Dieter; WRIGHT, Susan (Org.). *Subjectivity and subjectivisation in language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 1–15.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Dialogic contexts as motivations for syntactic change. In: FISCHER, Olga et al. (Org.). *Theoretical approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 385–400.

TRAUGOTT, Elizabeth C. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. In: STEIN, Dieter; WRIGHT, Susan (Org.). *Subjectivity and subjectivisation in language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 31–54.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Toward a comparison of grammaticalization and lexicalization. In: MASCHLER, Yael; DOR, Daniel (Org.). *Discourse and grammar: from sentence grammar to discourse grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2015. p. 21–44.

TRAUGOTT, Elizabeth C.; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VINCENT, Nigel. The decline of inflection. In: VINCENT, Nigel; CHARLES, Mairi (Org.). *Historical linguistics 1995: volume 1. General issues and non-Germanic languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 245–258.

WALTEREIT, Richard. *Grammaticalization and the origin of meaning*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ZILLES, Ana Maria. Gramaticalização e mudança linguística: uma leitura funcionalista. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 48, p. 11–24, 2005.